



3796686



08000.009412/2017-73



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data, horário: 08 e 09 de fevereiro de 2017, das 09:30 às 18:00.

Local: Dia 08 - Ministério da Justiça, Edifício Sede, 4º andar - Sala de Retratos;

Dia 09 - Secretaria Especial de Direitos Humanos, na sala de reuniões Plenária (10º andar), Edifício Parque Cidade Corporate, Setor Comercial Sul Quadra 9, Torre A, Brasília-DF

08 de Fevereiro (Quarta-feira)

Abertura

A Secretária Flávia Piovesan abriu a reunião, sua fala foi seguida da manifestação do Embaixador Silvio Albuquerque e de Alexandre Ghisleni, na qualidade de vice-presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

O pleno decidiu pela deliberação da Vice-presidência e da Mesa diretora para o período da tarde. Participou também o Ministro interino da Justiça, o Sr. José Levi.

Crise no Sistema Prisional

A Secretária Flávia relatou a missão realizada a Manaus com a participação da Secretaria de Direitos Humanos, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, CNDH e CFP.

A Representante do MCNPCT, Barbara Coloniese e a representante do CFP, Márcia Badaró apresentaram suas avaliações em relação a situação, permeando questões como a perícia e a administração da empresa Umanizzare.

Houve participação dos membros e convidados do CNPCT.

Escolha do Vice-presidente do CNPCT

A vice-presidência passa a ser exercida pelo Paulo Maldos (CFP) por indicação da sociedade civil e por unanimidade do Pleno.

Instituição da Mesa Diretora

Os membros indicados pela Sociedade Civil para compor a Mesa diretora foram: Rafael Carlsson Gaudio Custódio (Conectas) e Exedito Solaney Pereira de Magalhães (CUT).

Os membros indicados pelo Poder Executivo Federal para compor a Mesa diretora foram: Ana Carolina Vieira Ribeiro (SPM) e Luana Maíra Silva Vieira (SEPPIR)

Revisão da Pauta

Foi solicitada uma alteração no segundo dia de reunião. O pedido versa alteração da pauta da tarde para a manhã e vice-versa.

Apresentação sobre a Crise do Sistema Prisional

A apresentação foi realizada pela Mara Fregapani Barreto, Coordenadora-Geral de Promoção da Cidadania do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), onde na oportunidade são apresentados dados sobre o sistema prisional, para contextualização onde cita, como exemplo os problemas e dificuldades na criação de novas unidades prisionais, a questão da autonomia na gestão das unidades, respeitando a liberdade de cada Estado em gerir os presídios, questões sobre a diferenciação entre os presídios masculinos e femininos, entre outras informações. A questão do recorte de gênero nos dados apresentados é levantado e é informado que apesar de não aparecer diretamente na apresentação, o dado existe.

Sobre a crise do sistema prisional, ela cita que em situações de crise segue-se o seguinte roteiro estratégico: Plano de ações conjuntas – Apoio para o enfrentamento da crise – Diagnóstico (pontos críticos) – Matriz de responsabilidade – Ações integradas – Monitoramento.

Após apresentação, foram feitas as falas que ficaram pendentes do horário da manhã e em seguida aberto para considerações sobre a apresentação do DEPEN e sobre a crise no sistema prisional diretamente.

Foi disponibilizada cópia da apresentação em powerpoint, mas devido a dificuldade de transmitir como anexo, está disponibilizada neste link: <https://goo.gl/gIWta4>

Encaminhamentos propostos:

- DEPEN e CNPCP serem convidados de forma permanente a participar das reuniões do CNPCT como observador;
- O CNPCT se pronunciar por meio de manifestação solicitando ao Ministério dos Direitos Humanos que oficie os governos de AM, RR e RN, manifestando preocupação com a situação prisional local, pedindo ainda que cooperem com o MNPCT, além de solicitar a criação/fortalecimento de comitês e mecanismos estaduais;
- Realizar articulação política para aprovação de Indulto para mulheres presas em todo Brasil: a) Solicitar à Mesa diretora que elabore manifestação sobre o indulto de mulheres com vistas a marcar o dia das mães e indulto natalino para que seja enviada ao CNPCP, contemplando inclusive, a questão da mulher negra em situação de encarceramento, destacando o impacto da política de drogas nestas mulheres e do racismo institucional no Sistema de Justiça; b) Oficiar os seguintes órgãos DEPEN, CNPCP, SPM, SEPPIR e Casa Civil;

- Iniciar discussão no âmbito do CNPCT em relação ao condicionamento do repasse do fundo penitenciário para instalação de comitês e mecanismos estaduais (localizar proposta);
- Chamar representantes do CNJ, CNMP, CONDEGE, PFDC, 7ª Câmara de Coordenação e revisão para ouvir suas avaliações e perspectivas de atuação em relação ao sistema penitenciário;
- Avaliar recursos do DEPEN (que faz parte do SNPCT) para destinação aos Estados para criar/fortalecer mecanismos e comitês estaduais e que a coordenação entre em contato para encaminhamentos para visibilizar o aporte de recursos;
- Desenvolver propostas de políticas públicas para o combate e prevenção à Tortura nas unidades de privação de liberdade no interior bem como nas audiências de custódia;
- Tornar uma proposta de políticas públicas as recomendações do mecanismo, em especial nos Estados em situação de calamidade;
- Colocar como itens prioritários na agenda do CNPCT o fomento e a incidência política para a criação dos comitês e mecanismos estaduais.

Participação do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos no CNPCT

O representante regional do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos, Sr. Amerigo Incalcaterra, fez uma saudação aos novos membros do Comitê e sua reinstalação.

09 de Fevereiro (Quinta-feira)

Questões referentes ao MNPCT

A apresentação sobre o MNPCT perpassou os seguintes temas

- Estrutura do Mecanismo;
- Apresentação das unidades visitadas (52 no total);
- Propostas de novas visitas;
- Calendário previsto de atividades;
- Avanços (Resoluções);
- Problemas apresentados como decorrência da diminuição de peritos.

Ao final da apresentação surgiu divergência entre os membros do MNPCT quanto a questões internas, decisórias, técnicas e políticas, além de questões divergentes sobre recondução ou abertura de edital de seleção, onde no momento passaram a expor uma divergência interna tanto na perspectiva política, quanto técnica.

Debate

Boa parte das falas nesse momento foram no sentido de elogiar o trabalho e a organização do Mecanismo, embora questionamentos surgiram em relação ao termo “diretoria” usado pelo MNPCT para definir suas estruturas internas.

Ainda durante o debate surgiu questão sobre entrega de carta do Mecanismo aos membros do CNPCT como não sendo consenso, o que deflagrou um conjunto de falas por parte dos membros do MNPCT sobre transparência, publicação de atas, planejamento, relação do trabalho com o número de peritos, explicação e preocupações sobre nomenclaturas utilizadas (diretoria), diferenças internas nas perspectivas políticas e técnicas.

Membros da Sociedade Civil se manifestaram no sentido de que essas questões do MNPCT não devem ser tratadas de maneira atropeladas e sugerem que esse debate e essa questão tenham um momento específico para serem tratadas.

Após contornar as discussões foi solicitado que ficassem na sala somente membros do CNPCT para que pudessem ser discutidas questões sobre a seleção do Mecanismo, para evitar assim que informações sobre a seleção fossem de conhecimento externo, causando problemas futuros no processo seletivo.

Durante essa conversa de portas fechadas, entendimentos jurídicos distintos sobre a questão da recondução foram levantados e expostos e o que prevaleceu foi que a recondução das peritas não tinha oposição, mas que a mesma deveria ser feita através de uma seleção (ex.: recondução das organizações do CNPCT).

Em votação aberta sobre haver ou não seleção para recondução das peritas que terão seus mandatos terminados em março 14 membros foram favoráveis a ter seleção, enquanto 06 membros foram contrários.

Encaminhamentos propostos:

- Proposição de reunião extraordinária entre CNPCT e MNPCT (em maio) – Pauta: apresentação de relatórios, plano de trabalho e reforço do protocolo existente entre CNPCT e MNPCT (Protocolo de atuação conjunta), incluindo o intercâmbio de informações.

Formação de Comissão de Seleção do MNPCT (02 vagas agora em março)

Foi formada a Comissão de Seleção com a seguinte composição:

- ICCCRIM
- SMDH
- CFOAB
- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
- Secretaria de Governo
- Ministério da Saúde

Apresentação do relatório do biênio 2014-2016

A apresentação do relatório do biênio ficou prejudicada pelo tempo que fora tomado para outras questões. Devido ao tamanho do relatório, achou-se por bem solicitar do pleno uma leitura mais aprofundada sobre o relatório e questões levantadas poderiam ser trazidas nas próximas reuniões.

Plano de Trabalho 2017

O planejamento do trabalho também foi algo que ficou com o tempo comprometido, sendo postergado para a próxima reunião.

Encaminhamentos propostos:

- Encaminhar para avaliação jurídica a questão do mandato de 3 anos e recondução pelo mesmo período;
- Encaminhamento de Edital comentado de seleção do MNPCT;
- Proposta de reunião extraordinária para os dias 13 e 14 de março para discutir principalmente edital de seleção do MNPCT, crise no sistema prisional e plano de trabalho do CNPCT;
- Divisão do Comitê em Câmaras temáticas;

- Verificar possibilidade de alguma reunião extraordinária ser realizada em Salvador/BA;
- Nota sobre indicação de Alexandre de Moraes ao STF.

Nota acerca da indicação de Alexandre de Moraes ao STF

Uma nota foi compartilhada pela sociedade civil para projeção na tela e alterações, para que fosse votada no pleno do CNPCT sobre sua publicação. Essa nota versa sobre a posição contrária do CNPCT à indicação do Sr. Alexandre de Moraes ao STF.

Após alterações realizadas com sugestões dos membros do Comitê foi aberta a votação sobre aprovação/publicação, ou não, da carta. A votação encerrou 11 a 10 a favor da aprovação e posterior publicação da carta e se configurou da seguinte forma:

Votos a favor : ANCED, ASBRAD, CFP, Conectas, CUT, GTNM-BA, IBCCRIM, ISER, Justiça Global, RENILA, SMDH.

Votos contra: MRE, SEDH, CFOAB, MS, MEC, Casa Civil, Secretaria de Governo, SEPPIR, SPM, MDSA.

PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS

Vice-Presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura



Documento assinado eletronicamente por Paulo Roberto Martins Maldos, Usuário Externo, em 16/03/2017, às 15:56, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador 3796686 e o código CRC EED16716

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.